



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1003122-62.2017.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Embargos À Execução Fiscal - Extinção da Execução**  
 Embargante: **Eduardo Coelho de Paula**  
 Embargado: **'MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

EDUARDO COELHO DE PAULA opõe(m) embargos à execução fiscal nº 1505211-35.2016.8.26.0566, que lhe move 'MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS e que tem por objeto a cobrança de ISSQN Construção Civil de 2012. Sustenta(m) a(s) parte(s) embargante(s) que (a) a CDA que instrui a execução não indica a origem, a natureza e o fundamento legal da dívida, nem mesmo o número do processo administrativo ou do auto de infração que deu origem ao crédito (b) houve a decadência pois o lançamento tributário deu-se em 24 de outubro de 2012, ao passo que a construção do imóvel foi encerrada em 2006, de modo que o termo inicial da decadência foi o dia 1º de janeiro de 2007 e o termo final foi 1º de janeiro de 2012.

Embargos recebidos com efeito suspensivo, folhas 181.

Impugnação ofertada, folhas 186/201 alegando-se insuficiência do depósito feito em garantia na execução, e, no mérito, a regularidade da CDA e não ocorrência da decadência.

Sobre a impugnação manifestou-se o embargante, folhas 222/228.

É o relatório. Decido.

Julgo o pedido na forma do art. 17, parágrafo único da Lei nº 6.830/80 c/c art. 355, I do CPC, uma vez que não há necessidade de produção de outras provas.

**1003122-62.2017.8.26.0566 - lauda 1**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

O depósito efetivado nos autos principais é suficiente, em princípio, para garantir, ao menos quase que integralmente, a execução. Eventual diferença a menor, de pequena expressão, não justifica o não conhecimento dos embargos, em atenção, inclusive, ao princípio da primazia do julgamento de mérito.

Prosseguindo, simples passar de olhos pela CDA de folhas 2/3 dos autos da execução mostra-nos a insuficiência das informações lá lançadas, que impossibilitavam, à luz dos requisitos do CTN e da Lei nº 6.830/80, o exercício do direito de defesa pelo executado.

Todavia, em 07/04/2017 a exequente promoveu, nos autos principais, consoante folhas 15/17 daqueles, a juntada de nova CDA, que supriu os vícios existentes, não se falando em irregularidade formal a partir daí.

Esse pedido constante dos embargos, portanto, perdeu seu objeto, sem prejuízo de a embargada suportar as custas e despesas processuais pois os presentes embargos foram opostos em 31/03/2017, antes da regularização da CDA. Na ótica do princípio da causalidade, quem deve responder pelas verbas sucumbenciais é mesmo a embargada.

No que concerne à alegação de decadência, o termo inicial de contagem do prazo de decadência não tem relação nenhuma com a ciência do fato gerador pelo fisco. O fato de a construção ter sido irregular não repercute sobre o termo inicial.

Nos termos do art. 173, I do CTB, no presente caso a decadência é contada a partir do 1º dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado, ou seja, o 1ª dia do exercício seguinte àquele em que ocorreu o fato gerador.

Ora, os documentos que instruíram a petição inicial comprovaram com segurança que o fato gerador efetivamente se deu em 2005 (confirmam-se documentos alusivos à obra indicando esse ano, folhas 77/116) ou, no máximo, em 2006, pois nesse segundo ano o embargante já estava residindo na nova casa que foi construída, conforme DIRPF de folhas 154, proposta de seguro residencial de folhas 159 subscrita em 06.2016, e, por fim, o aumento abrupto e expressivo



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

no consumo de energia a partir de 06.2016, consoante conta de consumo respectiva, folhas 160/163.

Admitido o ano de 2006 como de ocorrência do fato gerador, temos que o termo inicial do prazo foi 1º de janeiro de 2007, e o termo final 1º de janeiro de 2012. Como o lançamento se deu posteriormente, operou-se, de fato, a decadência.

Ante o exposto, julgo em parte extintos os embargos pela perda superveniente do objeto, e, na parte remanescente, acolho-os para declarar extinto o crédito tributário em execução, ante a decadência tributária operada. Condeno o embargado em custas e despesas de reembolso e honorários, arbitrados estes em 10% sobre o valor do crédito em execução nos autos principais.

Transitada em julgado, evante-se o depósito judicial feito nos autos da execução em favor do executado, e aguarde-se a execução da sucumbência nos presentes autos.

P.I.

São Carlos, 28 de setembro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**